

# Trabalho, Salário e Justiça

## ou: a Justiça do Pai, em Mateus 20, 1-16

Pe. Ney Brasil Pereira \*

**A** CF-99, abordando o tema *Fraternidade e Desempregados*, e tendo como slogan a pergunta: *Sem trabalho, por quê?*, espontaneamente nos remete à parábola dos operários na Vinha, uma das parábolas de Jesus transmitida só por Mateus (Mt 20, 1-16). Trata-se, na parábola, de diaristas, diríamos “boias-frias”, mão-de-obra sobrando, que são contratados e/ou convidados para o trabalho, com a promessa, logo efetivada, de um salário “justo”.

É interessante e significativo notar o pre-texto diferente com que esta parábola tem sido lida, ao longo dos séculos<sup>1</sup>. Pre-texto sociológico e antropológico, como o que agora nos move, ou pre-texto eclesiológico (a Vinha é a Igreja<sup>2</sup>), ou pre-texto axiológico (o valor dos “méritos” das nossas “obras”), ou pre-texto teológico (a justiça de Deus) etc, um “pre-texto” não necessariamente excluindo o outro, mas podendo encobri-lo.

Esta observação nos leva a perguntar pelo “pre-texto” do próprio Mateus: qual a sua preocupação, a sua intenção, ao nos transmitir esta parábola de Jesus no seu con-texto social e eclesial, na sua comunidade judeu-cristã, pouco depois do ano 70. A que perguntas o seu texto respondia? Mas, como também nós temos os nossos “pre-textos”, a que perguntas nossas ele poderá responder?

### 1. O TEXTO DE MATEUS 20, 1-16

Antes de tudo, nota-se que a parábola propriamente dita (20, 1-15), está enquadrada por dois “lógions” paradoxais sobre *primeiros* e *últimos*: o do c. 19,30, que conclui a resposta de Jesus a uma pergunta interessada de Pedro... e o do c. 20,16, que é a conclusão natural da estória, depois da resposta às “murmurações” dos primeiros contratados. Vejamos, pois, a parábola, com o seu enquadramento e nas suas três partes<sup>3</sup>:

#### Enquadramento

19,30: *No entanto, muitos dos primeiros serão últimos, e muitos dos últimos serão primeiros.*

#### 1a. parte: contrato e convite

- 20, 1: *Pois o Reino dos céus é semelhante a um pai-de-família (cf Vulgata, lit. dono-de-casa, gr. oikodespótês) que saiu de manhã cedo para contratar trabalhadores para a sua vinha.*
- 20, 2: *Depois de combinar com os trabalhadores um denário por dia, mandou-os para a sua vinha.*
- 20, 3: *Tornando a sair pela hora terceira (9 horas), viu outros que estavam na praça, ociosos.*
- 20, 4: *E disse-lhes: Ide também vós para a minha vinha, e vos darei o que for justo.*
- 20, 5: *Eles foram. Tornando a sair pela hora sexta e pela nona hora (meio-dia e três da tarde), fez o mesmo.*
- 20, 6: *Saindo pela undécima hora (5 da tarde), encontrou outros que lá estavam e disse-lhes: Por que tendes estado o dia inteiro ociosos?*
- 20, 7: *Eles responderam: Porque ninguém nos contratou. Ele disse-lhes: Ide, vós também, para a vinha.*

#### 2a. parte: pagamento

- 20, 8: *Chegada a tardinha, disse o dono (lit. Senhor, gr. Kýrios) da vinha ao seu administrador: chama os trabalhadores e paga-lhes o salário, começando dos últimos até os primeiros.*
- 20, 9: *Vindo os da undécima hora (os das 5 da tarde), receberam um denário cada um.*
- 20,10: *Vindo os primeiros, pensaram que haveriam de receber mais. Mas receberam um denário cada um, também eles.*

#### 3a. parte: murmuração e justificativa

- 20,11: *Ao receber, começaram a murmurar contra o pai-de-família, dizendo:*
- 20,12: *Estes últimos fizeram uma hora só, e tu os igualaste a nós, que suportamos o peso e o calor do dia!*

- 20,13: *O pai-de-família, porém, disse a um deles: Amigo, não estou sendo injusto contigo. Não combinaste comigo um denário?*
- 20,14: *Toma o que é teu e vai. Eu quero dar a este último o mesmo que a ti.*
- 20,15: *Ou não tenho o direito de fazer o que eu quero com o que é meu? Ou o teu olho se torna (lit. é) mau, porque eu sou bom?*

#### Enquadramento

20,16: *Assim, os últimos serão primeiros, e os primeiros serão últimos.*

## 2. DETALHES DO TEXTO

### 2.1 "primeiros" e "últimos"

Começamos pelos dois "lóguios" do enquadramento. Ambos concernem a *primeiros* e *últimos*, o segundo (20,16) sendo aparentemente<sup>4</sup> expresso de modo mais radical que o primeiro (19,30). Ao contrário dos autores que não os levam em conta na sua interpretação<sup>5</sup>, é evidente que a própria parábola os supõe, exatamente por contrapor com insistência *primeiros* e *últimos*, desde o v. 8 até o v. 14, isto é, em todo o desfecho da estória.

O lóguion do c. 19,30, como já observei acima, conclui a resposta de Jesus à pergunta interessada de Pedro: *Nós, que deixamos tudo e te seguimos, que é que vamos receber* (Mt 19,27)? É uma pergunta, portanto, sobre mérito e recompensa. O mesmo lóguion se encontra, no mesmo contexto, em Mc 10,31 e, em outro contexto, com pequenas variantes, em Lc 13,10. Jesus reconhece que seus discípulos serão amplamente recompensados (*cem vezes mais*, Marcos; *muito mais*, Mateus e Lucas), mas conclui a promessa com a advertência: *No entanto* (gr. *dê*), *muitos dos primeiros serão últimos, e muitos dos últimos serão primeiros* (Mt 19,30). E imediatamente, como explicação do lóguion, começa a parábola, introduzida pela conjunção explicativa "pois", em gr. *gar*.

Já no final da parábola, no c. 20,16, após a "murmuração" dos trabalhadores da primeira hora, a formulação do lóguion é radical: *Assim, os últimos não só "muitos", mas, pelo visto, "todos" - serão primeiros, e os primeiros serão últimos*. Isto é, no contexto literário de Mt 20, imediatamente antes do terceiro anúncio da Paixão e antes também da lição dada aos "filhos de Zebedeu", que ambicionavam os "primeiros lugares" no Reino (Mt 20, 20-28), Jesus insiste no desprendimento. Um desprendimento total, que não visa recompensas. Muito menos, recompensas "maiores". Desprendimento, portanto, que se realiza, exatamente, no serviço desinteressado. E que leva *aquele que quiser ser o primeiro a tornar-se último e*

*servo de todos* (Mt 20,27 e Mc 10,44; cf Lc 22,26).

Por isso é que os trabalhadores da primeira hora, mesmo sem deixarem de ser pagos, são censurados por terem querido sobrepor-se aos "últimos", ficando despeitados porque esses "últimos" tinham sido surpreendentemente *igualados* a eles. Ora, esse despeito não cabe no Reino dos céus, diz Jesus. Se foste chamado primeiro, se trabalhaste mais, se tiveste a possibilidade, o privilégio, de fazê-lo, isto não te dá mais "direitos", mas, pelo contrário, só pode suscitar em ti deveres: o dever da gratidão pelo que recebeste, e o dever da alegria por veres que outros, chamados depois de ti, recebem também o salário de que necessitavam para sobreviverem. Isto é que é "ter olho bom", e participar da bondade do pai-de-família que quis dar aos "últimos" a mesma recompensa que aos "primeiros", depois de ter-se comprometido a dar a todos o que fosse "justo".

### 2.2. "justo" e "injusto"

No convite à segunda turma de trabalhadores, os da terceira hora, o pai-de-família lhes promete "dar" o que for "justo". Interessante que aí não se fala em "pagar", nem se alude a um "contrato", como no caso da primeira turma. Mas se assegura que se dará o que for "justo". No final da parábola, na justificativa a um dos trabalhadores da primeira turma, o pai-de-família assegura e explica que ele, tendo dado aos "últimos" o mesmo que aos "primeiros", não fora "injusto"... O que é, para Mateus e para Jesus, o salário "justo"? E o que seria ser "injusto"?

Aí estamos num tema de capital importância para Mateus, o evangelista da "nova Justiça", aquele que

mais insiste em caracterizar Jesus como o "Mestre da Justiça"<sup>6</sup>. É o que facilmente se demonstra se compararmos estatisticamente o vocabulário dos quatro evangelhos: se Mateus, como veremos a seguir, emprega sete (7) vezes o termo "Justiça" em passagens estratégicas do seu evangelho, Marcos nunca o emprega: Lucas só o utiliza uma vez, no cântico de Zacarias, na hendiade *santidade e Justiça* (Lc 1,75); e João também só duas vezes, na passagem em que Jesus anuncia a vinda do Paráclito, que vai convencer o mundo a respeito do pecado, da Justiça e do julgamento (Jo 16, 8.10).

Já em Mateus, a primeira palavra de Jesus, situada pelo evangelista no diálogo com João Batista, imediatamente antes do seu Batismo, afirma o sentido da sua missão: *cumprir toda a Justiça* (Mt 3,15). Ou seja: nossa missão - a de Jesus e de seus seguidores, incluindo em primeiro lugar seu Precursor, João Batista - é a

---

*"O que é, para Mateus e para Jesus, o salário 'justo'? E o que seria 'injusto'?"*

---

de realizar integralmente (gr. *plêrôsai*) a Justiça, isto é, a Justiça do Pai, aquilo que Ele quer, a sua Vontade benfazeja.

Isto é tão decisivo, que o anúncio da Justiça vai retomar cinco vezes no "Sermão da Montanha", a mais característica sùmula do evangelho de Jesus. Assim, duas vezes nas bem-aventuranças: na quarta, a bem-aventurança dos que têm fome e sede da 7ª Justiça (Mt 5,6), e na oitava, a bem-aventurança dos perseguidos por causa da Justiça (Mt 5,10), Justiça que é identificada, logo a seguir, com o próprio Jesus, pois os "perseguidos" o são por causa de Ele: por causa de Mim (Mt 5,11).

Mais uma vez ocorre a "Justiça", agora com o adjetivo "vossa", quando Jesus adverte seus discípulos sobre a necessidade de uma "Justiça" *mais abundante que a dos escribas e fariseus* (Mt 5,20). E isto Jesus o faz imediatamente antes de comentar seis pontos determinados da letra da lei, revelando a seus discípulos o novo espírito, a "nova Justiça" com que a Lei deverá ser cumprida: *Ouvistes o que foi dito... Eu, porém, vos digo...* Esta "nova Justiça", que deve tender à perfeição do Pai celeste (cf 5,48), é condição *sine qua non* para entrar no Reino (cf 5,20).

A quarta menção da "Justiça", no Sermão da Montanha, ocorre quando Jesus comenta as três formas típicas de piedade no seu tempo: a esmola, a oração e o

jejum, cada uma delas devendo ser praticada com sinceridade e discrição, sem ostentação nem hipocrisia: *Guardai-vos de praticar a vossa Justiça diante das pessoas para serdes vistos por elas...* (Mt 6,1) Essas formas de "Justiça", por mais apreciadas que sejam, perdem todo o seu valor, mesmo corrompem-se, caso se façam intessa-

---

*"Sem a Justiça do Pai, sem que realizemos aquilo que Ele quer, a Sua vontade benfazeja, não há Reino de Deus"*

---

damente, com segundas intenções, e não simplesmente por serem aquilo que devem ser: expressões de bondade para com o próximo - a *esmola*; de louvor a Deus e confiança nele - a *oração*; de auto-domínio e sobriedade - o *jejum*.

A última menção de "Justiça", no Sermão da Montanha, tem um alcance extraordinário. Jesus a identifica com o "Reino", ou melhor, declara-a uma característica essencial desse Reino, o qual, com ela, deve ser *procurado em primeiro lugar*, acima de todas as preocupações da vida. De fato, Jesus nos diz: *Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua Justiça, e todas estas coisas - alimento, comida - vos serão dadas por acréscimo* (Mt 6,33). Comparando esse "lógion" de Jesus com a sua formulação em Lucas (Lc

12,31: *Buscai o seu Reino, e todas estas coisas vos serão acrescentadas*), nota-se aí a ausência da menção da "Justiça", provavelmente acréscimo redacional de Mateus. Por que esse acréscimo e essa explicitação? Pois o Reino de Deus não inclui necessariamente a Justiça? Por certo que inclui. Mas Mateus sentiu a necessidade de explicitá-lo com toda a clareza: sem a Justiça do Pai, sem que realizemos aquilo que Ele quer, a Sua vontade benfazeja, e isto concretizado no relacionamento entre nós, não há Reino de Deus, o Reino de Deus não se torna realidade.

Mas temos a última menção da "Justiça", em Mateus, no c. 21,32, quase no final do ministério de Jesus, quando ele alude a João Batista como a um "justo", isto é, alguém que veio *no caminho da Justiça*, ou seja, praticando a Justiça de Deus. Esta palavra de Jesus faz inclusão com a primeira menção da "Justiça" no início do seu ministério, quando ele insistira, com o mesmo João Batista, na necessidade de *cumprir toda a Justiça* (3,15).

Portanto, o pagamento "justo", e o ser "injusto", na parábola que nos ocupa, não podem ser entendidos sem se levar em conta a *Justiça do Pai*. Não se trata, absolutamente, da nossa justiça "retributiva", que dá, teoricamente, "a cada um o que é seu", uma justiça, portanto, do *status quo*, que não faz mais do que confirmar a situação, mesmo se injusta, e não se preocupa com aquilo que é realmente "justo", isto é, aquilo que o Pai quer para cada um de seus filhos. E é isto que os trabalhadores da primeira hora não conseguiram ou não quiseram entender, quando o pai-de-família determinou que também os "últimos" deviam receber o pagamento integral, não porque dele fizessem "jus" pelo trabalho executado, mas porque dele necessitavam para a sua subsistência.

### 2.3 a "vinha" e os "trabalhadores"

É conhecido o "cântico da Vinha", em Isaías 5, 1-7, em que o profeta compara seu povo a uma vinha bem cuidada, trabalhada com carinho, e da qual o proprietário, o próprio JHWH, esperava uma colheita abundante, infelizmente fracassada. Esse oráculo é retomado e atualizado por Jesus, nos três evangelhos sinóticos (Mt 21, 33-41; Mc 12, 1-12; Lc 20, 9-19), na conflitiva parábola-alegoria dos "vinhateiros homicidas", pronunciada pouco antes da sua paixão e morte. João, ao invés da vinha, que é coletiva, por motivos cristológicos e eclesiológicos fala da "videira", que é uma planta única, de um tronco só, numa passagem exortativa (Jo 15, 1-8): Jesus, a *videira verdadeira*, superando a inutilidade da vinha antiga, conta com seus discípulos para que, *permanecendo nele*, como os ramos unidos à videira, *produzam frutos abundantes que glorifiquem o Pai...*

Mateus tem ainda outra parábola sobre o trabalho na vinha, a breve estória dos dois filhos convidados

pelo pai para ajudá-lo (Mt 21, 28-31): um se recusa, mas depois vai; o outro diz que aceita, mas depois não vai... Como na parábola dos vinhateiros homicidas, os traços alegóricos são evidentes, com claras alusões ao povo de Israel e seus chefes, contrapostos aos povos pagãos.

Já nesta parábola de Mt 20, 1-16, embora não se possa excluir um sentido eclesiológico - a vinha é Israel, é a Igreja... - seu objetivo é mais amplo, mais universal, mais antropológico, mais teológico. Isto é, a parábola visa, antes de tudo, apresentar o agir de Deus, a sua Justiça, e qual deve ser o nosso agir interumano, a nossa Justiça, à luz da Justiça do Pai. Para isso Jesus recorre a uma situação sociológica concreta. E monta a sua parábola num contexto de trabalho e desemprego, de campo e cidade, no seu tempo.

Quem são esses "trabalhadores"?

São diaristas, desempregados, que o proprietário da vinha vai buscar na cidade. Esse detalhe revela, já naquele tempo, o fenômeno do êxodo rural, que desaloja tantos homens, tantos pais de família, do seu ambiente natural de vida. Aí na cidade, desocupados, sem que alguém os contrate, não duvidam um instante em aceitar até o convite inverossímil de irem para a vinha, ao trabalho, quase no fim do dia, pelas 3 e até pelas 5 da tarde.

Alguns dentre eles, os "primeiros", são os felizardos contratados de manhã cedo, com o acerto de "um denário" por dia. É sabido que o denário romano - equivalente à dracma grega - era a paga normal de um dia de trabalho, como nos testemunha, por exemplo, cerca de 200 aC, o livro de Tobias, c. 5,15: o velho Tobit contrata o jovem Rafael, como acompanhante do filho, ao preço de *uma dracma por dia*. A propósito, sabemos que o rabino Hillel, cerca do ano 20 aC, recebia meio denário diariamente, e conseguia sobreviver com dignidade; já de um outro rabino, Meir, cerca de 150 dC, diz-se que recebia dois denários por dia, soma que lhe possibilitava até sustentar seus companheiros de estudo da Lei...<sup>8</sup>

Quanto às outras turmas de "contratados", já não se fala mais no "denário", mas o dono da vinha apenas lhes assegura que vai "dar" o que for "justo". E, quanto aos da undécima hora, nem essa promessa lhes é feita, embora o convite seja igual: *Ide, vós também, para a vinha* (Mt 20,7). A propósito, Uwe Wegner<sup>9</sup> assim sumariza a situação desses trabalhadores: "O quadro que as fontes bíblicas e extra-bíblicas nos delineiam sobre a situação do diarista, na época de Jesus, não é nada animador. Esta classe, em termos de subsistência, encontrava-se em nível até mesmo inferior à classe dos escravos. Eram-lhes oferecidos trabalhos insalubres e pesados, má remuneração, instabilidade no emprego.

Estamos, assim nos parece, diante de uma das mais baixas categorias de assalariados contemporâneos a Jesus. Dentro de suas perspectivas, os horizontes eram sombrios: de um lado, a mendicância; do outro, a escavidão; de um lado, a ameaça da fome; do outro, a insolência pelos compromissos assumidos... Isto nos leva a supor que o modo de descrever a contratação dos diversos grupos de diaristas em Mt 20, 2-7 não seja mero recurso literário, e sim o reflexo das péssimas condições sócio-econômicas sob as quais eles viviam e que determinavam, em última análise, a ausência de reivindicações e a ausência a quaisquer promessas ou ofertas da parte patronal."

Ainda U. Wegner<sup>10</sup>: "A partir do que foi dito, ficam inclusive mais transparentes certas palavras de Jesus, em outras passagens do texto

evangélico, nas quais penúria, instabilidade e insegurança são o objeto da reflexão. Assim, é muito provável que Mt 6, 25-34 reflita preocupações de assalariados diaristas. A inquietação em relação à comida, vestimenta e bebida, para o dia seguinte (cf v. 34), não é exclusiva mas, no mínimo, característica desta classe de trabalhadores"...

#### 2.4. "justiça" e "ganância"

Chama a atenção o fato de que, literariamente, dos 15 versículos da parábola propriamente dita, o v. central é o v. 8, isto é, o que descreve o pagamento do salário, por ordem do dono da vinha, no final da jornada, *a começar dos últimos, até os primeiros*... Isto porque, tratando-se de diaristas, era praxe o pagamento no final do dia, como já o determinara a Lei no Levítico (19,13) e no Deuteronômio: *Não oprimirás o assalariado... Pagarás o seu salário cada dia, antes que o sol se ponha, porque ele é pobre e disso depende a sua vida...* (Dt 24,14s) A propósito, são duras as palavras do Sirácida/Eclesiástico contra o explorador de um assalariado: *Mata o próximo quem lhe tira o sustento; derrama sangue aquele que priva do salário o diarista* (Sir 34,22). Da mesma forma, no Novo Testamento, assim se exprime o apóstolo Tiago: *Lembrai-vos de que o salário do qual privastes os trabalhadores, que ceifaram vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos...* (Tg 5,4)

Pois bem, este proprietário, o dono da vinha, não se furta ao seu dever de pagar, no fim do dia, o salário. Mas o faz surpreendentemente. E a surpresa vai-se revelando aos poucos, nos versículos que seguem o v. 8. O fato de ele mandar o administrador começar o pagamento pelos "últimos" ainda não seria extraordi-

nário, porque esses "últimos" poderiam ter recebido uma fracção "equitativa" do denário. Mas o v. 9 revela que os "últimos", os da undécima hora, receberam *um denário cada um...* E o v. 10 acrescenta que os "primeiros", ao virem receber o pagamento, pensaram que receberiam mais, mas receberam também *um denário cada um, segundo aliás o que haviam combinado e aceito* (cf v. 2). É então que, nos vv. 10 e 11, aparece a *murmuração*, o protesto desses "primeiros", contra a bondade do senhor da vinha para com os "últimos".

Aí está o ponto fulcral da parábola: na pessoa desse pai-de-família, o dono da vinha, Jesus quer mos-

trar que Deus age para com seus filhos de maneira diferente do que no mundo do trabalho. A sua "Justiça", aliás dentro de toda a tradição profética, é marcada pela atenção para com os fracos, os carentes, os necessitados. Deus os beneficia não por eles serem melhores, mais santos, mais perfeitos, mas justamente por serem mais

necessitados. Esta é a sua "Justiça", que quer e realiza aquilo que é bom para seus filhos, aquilo de que seus filhos precisam. Ora, na parábola, esses trabalhadores da undécima hora, cuja desculpa de "não terem sido contratados por ninguém" (v. 7) sequer é questionada, o dono da vinha simplesmente leva em conta a sua carência e nem verifica se eles, naquela única hora em que trabalharam, foram quem sabe mais ardorosos, mais caprichosos, do que os que os precederam<sup>11</sup>. Simplesmente, eles eram desempregados, aceitaram o convite mesmo à última hora, necessitavam do *denário*, e esse denário lhes é assegurado pela Justiça misericordiosa, a bondade, do senhor da vinha.

Essa bondade para com os "últimos" não deveria ter sido motivo de aplauso dos "primeiros"? pois não foi. Os "primeiros", movidos pela ganância, não consideram a necessidade, a carência dos "últimos", mas se fecham nos seus "méritos": nós fizemos mais, merecemos mais, não está certo que eles sejam "iguais" a nós... Se o patrão da parábola superou o esquema da justiça retributiva, calculada em supostos "méritos", os trabalhadores das primeiras turmas não conseguem superá-lo. Como comenta Ivo Storniolo: "Já assimilaram o sistema social que cria desigualdades, e já o reproduziram, na compreensão e na ação, dentro da sua vida e relações. Eles estão recusando a igualdade! Embora sejam as maiores vítimas, são incapazes de ver a injustiça do sistema e as deficiências do critério da justiça distributiva. E aí entendemos o que C.G.Jung

dizia: 'Atrás de cada rico há um demônio, mas atrás de cada pobre há dois...' Não sejamos românticos. Mateus nos lembra, na primeira bem-aventurança, que o pobre deve escolher, deve converter-se para a pobreza (cf Mt 5,3: a pobreza "no espírito"). A transformação social para uma sociedade mais justa virá dos pobres, sim. Mas, primeiro, é preciso que os pobres arranquem de dentro de si mesmos o espírito da riqueza, que cria todas as desigualdades. Somente assim eles poderão ser os agentes construtores de uma sociedade justa..."<sup>12</sup>

### 3. CONTEXTO E PRE-TEXTO DE MT 20, 1-16

#### 3.1. Contexto social e eclesial

Tendo visto alguns dos detalhes do texto, os que nos pareceram mais importantes, será útil situá-los no contexto social e eclesial de Mateus. Infelizmente, como aliás acontece com a maioria dos textos bíblicos, faltam-nos informações objetivas, exteriores ao texto, que nos ajudem a delinear esse contexto. A informação mais antiga que temos é a de Pápias, bispo de Hierápolis, na Ásia Menor, por volta de 130 dC, o qual nos fala de um evangelho de Mateus "hebraico", que não é o nosso texto atual, mas talvez tenha sido a forma original da chamada "Fonte", uma coletânea de palavras de Jesus, cujo conteúdo encontramos também em Lucas.

A forma definitiva do evangelho de Mateus atual, que chegou até nós, deve ter sido redigida, já em grego, por um discípulo do apóstolo, o qual aproveitou a "Fonte" hebraica ou aramaica do seu mestre, junto com o texto do evangelho de Marcos. E isto numa comunidade cuja maioria era constituída de cristãos de origem judaica, provavelmente após a destruição do Templo de Jerusalém no ano 70 dC. Esses cristãos estavam sendo pressionados para integrarem o novo judaísmo que se reorganizava sem o Templo, sob as orientações dos rabinos de Jâmnia. Mateus, ou seja, esse discípulo em seu nome, quis conscientizar seus irmãos na fé, de que eles é que constituíam o verdadeiro Israel, ultrapassando as dimensões étnico-religiosas da Sinagoga e formando o novo povo de Deus, reunido *de todas as nações* (cf Mt 28,19) e cumpridor da *nova Justiça* (cf 5,20).

Onde? Na planície costeira da Judéia, perto de Jâmnia? ou na Galiléia, devastada, como todo o país, pela guerra contra Roma? ou na Decápole, ou na Sírio-Fenícia, ou em Antioquia, onde seu texto é conhecido por Inácio<sup>13</sup>, em começos do século II? O fato é que o evangelho de Mateus supõe, por vários indícios, uma comunidade intimamente relacionada, até geograficamente, com o ambiente judaico-palestino, um ambiente, como se costuma dizer, "judeu-cristão". E isto, porque Mateus é o evangelista que mais insiste na Lei, embora devendo ser plenificada; nas Escrituras, cujo "cumprimento" em Jesus é constantemente verificado;

nos costumes judaicos, apresentados sem que ele ache necessário explicá-los (comparar Mt 15,2 com Mc 7, 3-4), mas propondo, por exemplo, quanto à esmola, oração e jejum, a renovação da sua prática (cf 6, 1-18); nos apóstolos, descritos como discípulos à escola do "único Mestre" (cf 23,8), contrastando com os discípulos dos "escribas e fariseus"... A propósito, o próprio Mateus pode ter deixado seu auto-retrato na referência ao *escriba instruído no reino dos céus*, o qual é capaz de tirar, do seu tesouro, coisas novas e velhas (13,52).

Quanto ao contexto sócio-econômico da comunidade de Mateus, temos vários indícios, no próprio texto, para caracterizá-la como uma comunidade de "migrantes"<sup>14</sup>, desalojada de suas terras pela guerra dos anos 66-73 (cf o relato de Jesus-migrante, na "fuga para o Egito", c. 2, 13-23); uma comunidade de "pobres" e "perseguidos" (cf as bem-aventuranças, c. 5,1-12); uma comunidade carente, preocupada com o que comer, beber, vestir (cf c. 6, 25-34), vivendo o problema do desemprego, como na parábola que nos ocupa, e caracterizada também pelas situações-limite descritas na cena do julgamento final (c. 25, 31-46), gente com fome, com sede, sem teto, sem roupa, doente, na prisão...

Ora, como observa U. Wegner<sup>15</sup>, essas situações-limite estão intimamente relacionadas com o mundo do trabalho, da moradia, do emprego e desemprego, a insolvência e penúria arrastando consigo todo o cortejo de suas conseqüências. Quanto à prisão por causa das dívidas (cf as alusões no c. 5, 25-26 e no c. 18,30), notar a incongruência dessa pena: tira-se ao devedor a última coisa que lhe resta, a sua força de trabalho... Mas temos ainda, na comunidade de Mateus, repetidas referências aos "pequenos", por exemplo no c. 18, 1-14 (cf ainda c. 10,42), cuja "pequenez" parece ser também de ordem sócio-econômica, os quais não deviam ser "escandalizados" (18,6), nem "desprezados" (18,10), nem "deixados a perder-se" (18,14). Aliás, na parábola do julgamento final, os "mais pequeninos" (25, 40.45) são justamente os seis tipos de carentes extremos que devem ser socorridos, e com os quais - quem o diria? - o Filho do Homem se identifica...

Por fim, caracterizando ainda a comunidade de Mateus, a advertência de Jesus, no c. 23, 8-12, reconhece a tendência de alguns, aí, quererem ser considerados "pais", "mestres", "guias", à semelhança dos "escribas e fariseus", cedendo à tentação de se julgarem melhores e mais importantes que os outros... Ora, o envaidecimento daí resultante, como observa ainda U. Wegner<sup>16</sup>, "punha em perigo a verdadeira comunhão fraterna" (cf v. 8: *Vós todos sois irmãos...*), e isto por motivos não diretamente econômicos, mas sutilmente, "pela apropriação da liderança e saber por parte de uma minoria".

### 3.2. O pre-texto de Mateus

Tendo visto resumidamente o contexto social e

eclesial do evangelista, podemos agora retomar a pergunta feita no início: qual a sua preocupação, a sua intenção, ou seja, o seu pre-texto, ao transmitir esta parábola de Jesus na sua comunidade, no seu tempo? Ainda mais que se trata de um texto exclusivo seu, que não se encontra nos outros sinóticos!

Já vimos que o "enquadramento" da parábola, contrapondo *primeiros* a *últimos*, é decisivo. No reino "dos céus", que se realiza na terra, não cabe a corrida pelo "primeiro lugar", uma vez que esse "primeiro lugar" não me dá "direito" algum a mais, com relação aos outros. O reino dos céus não admite a competitividade, que produz a exclusão. O reino dos céus não admite que os próprios discípulos se prevaleçam da sua vocação, mesmo tendo renunciado a tudo e, por isso, "merecendo" *receber muito mais e, em herança, a vida eterna* (c. 19,29)... Porquanto, e aí está o lóguion que vai levar à parábola, *muitos que são primeiros serão últimos* (19,30)... Ora, quem eram os "primeiros" na comunidade de Mateus a não ser os seus próprios dirigentes, e aqueles membros da comunidade que estavam em condições sócio-econômicas melhores do que a maioria elencada acima? Eles, portanto, esses dirigentes e socialmente melhor situados, são os que o evangelista visa em primeiro lugar.

A parábola como tal, porém, é centrada na pessoa do pai-de-família e em todos os detalhes da sua atuação<sup>17</sup>. Ele, responsável direto por sua "vinha", é quem procura os trabalhadores, sempre necessários, desde o raiar do dia até a última hora de trabalho útil. E é ele também quem manda, na hora certa, no final da jornada, que se faça o pagamento. Mas - e

---

*"A parábola como tal, porém, é centrada na pessoa do pai-de-família e em todos os detalhes da sua atuação"*

---

aí está a característica surpreendente desse "patrão" - ele ordena que os "últimos" sejam "pagos" por primeiro, recebendo o salário integral de que necessitavam, embora não o "merecessem"... Mas era, segundo esse patrão, o salário "justo", de acordo com a sua "Justiça" misericordiosa, a qual, porém, não é entendida pelos "primeiros". No entanto, eles queiram ou não, é essa a "Justiça" do reino dos céus, a Justiça do Pai, e é essa Justiça que eles - os dirigentes e melhor situados da comunidade de Mateus - devem entender e praticar, em relação aos "pequenos" e "últimos".

Ainda uma observação sobre esses "primeiros" da parábola. Teria Jesus com eles visado os "escribas e fariseus"? É possível, no contexto original, dada a referência à "murmuração" desses "primeiros" contra o

patrão. É a "murmuração" que aparece mais vezes, no evangelho, por parte dos escribas e fariseus, contra Jesus, por exemplo no c. 9,34 e c. 12,24 (murmuração por causa das expulsões de demônios) e no c. 9,11 (cf Lc 5,30), porque Jesus *comia com publicanos e pecadores*... É a murmuração dos que têm dificuldade em entender e aceitar a ação misericordiosa, isto é, a "Justiça" do Pai. No entanto, mesmo que a referência original tenha sido aos escribas e fariseus, o que Mateus visa, agora, é preservar dessa "murmuração" os "primeiros" e, enfim, todos os integrantes da sua comunidade, insistindo em que, "no reino dos céus", todos, primeiros e últimos, acatam, com "olho bom", a Justiça do Pai.

### 3.3. O nosso pre-texto

Escrevi, na introdução do artigo, que o nosso pre-texto, ao lermos Mt 20, 1-16 no contexto da CF dedicada aos desempregados, é prioritariamente "sociológico e antropológico", sem deixar de ser "teológico". Por isso mesmo intitulei o artigo: *"Trabalho, Salário e Justiça"*, acrescentando, porém, um subtítulo: *"A Justiça do Pai"*.

Este pre-texto antropológico me faz lembrar a introdução da Encíclica *Laborem Exercens*, de João Paulo II, comemorando os 90 anos da *Rerum Novarum*, em 1981. O papa dedica suas reflexões "ao homem, visto no amplo contexto desta realidade que é o traba-

---

*"É exatamente esta valorização do homem, do ser humano, que avulta na parábola que nos ocupa"*

---

lho", o homem que, como ele afirmara na sua primeira Encíclica, é "a primeira e fundamental via da Igreja"<sup>18</sup>. Esta premissa leva o papa a afirmar repetidamente "o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação ao capital, em relação às coisas"... porque "o

homem, independentemente do trabalho que faz, só ele é uma pessoa"<sup>19</sup>, e ele é o sujeito, não o objeto do trabalho.

Pois bem, é exatamente esta valorização do homem, do ser humano, que avulta na parábola que nos ocupa. E isso de várias maneiras: 1) pelo fato de serem convidados para o trabalho, normalmente necessário à realização humana, não só os trabalhadores "da primeira hora", mas também os da terceira, da sexta, da nona e, até, da undécima hora. Isto é, todos os que se encontravam na precária situação de *desempregados* ... todos eles recebem, mesmo se em condições desiguais, uma oportunidade. Quem a oferece é o dono da vinha, o pai-de-família, o empregador. E a razão que o move, não parece ser apenas a necessidade empresarial de mais e

mais trabalhadores para a vindima, e sim, pelo menos em relação aos "últimos", a compaixão, ou seja, a solidariedade para com eles. 2) pelo fato de o pagamento começar exatamente por esses "últimos", que recebem o salário integral de um dia de trabalho, salário necessário à sua subsistência e à de suas famílias, e não apenas uma fracção dessa quantia, o que seria "justo" segundo as normas da humana justiça distributiva.

3) pelo fato de não ser aceita, pelo pai-de-família, a *murmuração* dos trabalhadores "da primeira hora", que levaram a mal que os "últimos" recebessem o salário integral, "igual" ao deles. Para eles, isso era "injusto", pois eles achavam - sempre pelas normas da "sua" justiça - que "mereciam" mais. O pai-de-família, porém, não olha "méritos", mas realiza aquilo que é bom, o que é "justo" segundo a sua Justiça benévola e benfazeja, que quer o bem, a vida de cada ser humano, mesmo dos "últimos", e deseja que os "primeiros" a queiram também.

Ora, é essa valorização do ser humano, o primado do homem, que nós encontramos também na chamada "regra de ouro" do Sermão da Montanha, na passagem de Mt 7,12, em que Jesus nos diz que *toda a Lei e os Profetas* consistem nisto: *O que quereis que os outros vos façam, fazei-o vós primeiro a eles*". Nada, aí, explicitamente, de "teológico", embora seja Palavra de Deus. Nada, aí, de "religioso", no sentido de cultos e ritos. O que condensa e resume "a Lei e os Profetas", quer dizer, toda a Escritura - é Jesus quem o afirma! - é simplesmente isto: *fazer aos outros o que queremos que eles nos façam*". Pois bem, isto é o que os "primeiros" da parábola não souberam fazer, isto é, eles não se puseram na situação dos "últimos"... mas é o que o dono da vinha, o pai-de-família, procurou fazê-los entender.

Se, porém, quisermos a dimensão cristológica e teológica da "regra de ouro", nós a encontramos ainda no evangelho de Mateus, no último ensinamento que o evangelista nos transmite do seu Mestre. É na parábola "do Juízo final" (Mt 25, 31-46), em que os "últimos" são identificados com o próprio Senhor. E o que tivermos deixado de fazer a eles - isto é, aos que sofrem as conseqüências extremas do desemprego: fome, sede, nudez, desabrigo, doença, prisão - é ao próprio Cristo que o teremos deixado de fazer.

### CONCLUSÃO

Neste país, no qual se aprova no Congresso um "teto salarial" de 12.000 reais, enquanto o salário mínimo é mil (1.000) vezes menor e um grande número não tem acesso nem a esse mínimo, quem são esses trabalhadores "da primeira hora" senão, como observou José Bortolini<sup>20</sup>, "todos nós que admitimos e defendemos essa desigualdade brutal?" A Justiça do Pai, diferente da nossa, prevê igualdade, independentemente de

“méritos”, para que todos possam usufruir igualmente do banquete da vida: *Eu quero dar, a este último, o mesmo que a ti* (v. 14). Por que é que continuamos, então, agarrados ciosamente aos nossos “méritos” e privilégios, defendendo a “justiça” do *status quo*?

Concluo, ainda citando livremente J. Bortolini<sup>21</sup>: O confronto entre o pai-de-família e um dos trabalhadores “da primeira hora” é apenas uma amostra de todos os conflitos que Jesus enfrentou por causa da sua opção em fazer justiça aos “últimos”. Resultado final desses conflitos foi a sua condenação à morte. Ora, exatamente por sermos cristãos, por sermos seus discípulos, não pode deixar de ressoar aos nossos ouvidos o seu projeto, o programa do início do seu ministério: *A nós convém cumprir toda a Justiça* (Mt 3,15). Bem por isso temos de levar a sério a advertência a todos os que os que o reconhecem como Mestre e Senhor: *Se a vossa justiça não superar a dos escribas e doutores da Lei, não entrareis no Reino dos céus* (Mt 5,20). Ora, o “reino dos céus” que Jesus nos anuncia é justamente caracterizado pela parábola que viemos considerando, na qual os “últimos” são equiparados aos “primeiros”, e estes são interpelados a reconhecerem que isso é “justo”. Quais, então, os passos efetivos que daremos para que se concretize, afinal, entre nós, a “Justiça do Pai”?

\* O Autor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor de Exegese no ITESC

## NOTAS

<sup>1</sup> Seria interessante levar em conta o que dizem os comentaristas de Mateus sobre a parábola, desde Ireneu e Orígenes, que a lêem alegoricamente, até os modernos, como Pierre BONNARD, *L'Évangile selon Saint Matthieu*, éd. Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, 1970, e Giuseppe BARBAGLIO et alii, *Os Evangelhos (I)*, ed. Loyola, SP, 1990 (trad.), sem esquecer J. MALDONADO, no séc. XVI e C. A LAPIDE, no séc. XVII etc. Mas isso seria ultrapassar de longe os limites de um artigo. Não devo, porém, omitir uma referência às excelentes observações de J. JEREMIAS, *As Parábolas de Jesus*, ed. Paulinas, SP, 1976 (trad.), pp. 28-36 e 138-142, além de, com outra perspectiva, às do autor espiritualista catarinense Huberto ROHDEN, *A Sabedoria das Parábolas*, Fundação Alvorada, SP, s/ data, pp. 128-135

<sup>2</sup> Dedico este artigo à memória de Dom Afonso NIEHUES, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis no período de 1965-1991, falecido em 1993, cujo lema episcopal era tirado desta parábola: *Ite in Vineam - Ide para a Vinha*. Tratava-se aí de um convite vocacional, entendido das vocações específicas para os ministérios ordenados na Igreja.

<sup>3</sup> O esquema, que é óbvio, encontra-se, embora sem os dois versículos de enquadramento, no artigo de Uwe WEGNER, *Justiça para os desempregados, Reflexões sobre Mt 20, 1-15*, in “Estudos Bíblicos” n. 11, Vozes, 1986, pp. 92-109, aqui, p. 92

<sup>4</sup> Aparentemente, porque esses “muitos”, no substrato hebr. designa “a maioria” ou, mesmo, “todos”, como p. ex. nas palavras de Jesus sobre o cálicé em Mt 26,28, aludindo a Is 53,11-12: o sangue, derramado por “muitos”. Cf JENNI-WESTERMANN, *Diccionario Teologico Manual del Antiguo Testamento*, Ed.

Cristiandad, Madrid, 1985 (trad.), vol II, col. 907, verbete *rab*

<sup>5</sup> Como o próprio U. WEGNER, no art. cit.

<sup>6</sup> Como insistem, com razão, Ivo STORNILO e José BORTOLINI, os exegetas da ed. Paulus, por exemplo no artigo *Trabalho e Justiça*, de STORNILO, in “Vida Pastoral” n. 156, 1991, pp. 7-13; e no artigo *O evangelho de Mateus e a Justiça do Reino*, de BORTOLINI, também em “Vida Pastoral” n. 204, 1999, pp. 19-24

<sup>7</sup> Não sei por quê, quase todas as traduções da Bíblia - a TEB é uma honrosa exceção! - trazem *Justiça* no indefinido, quando o texto gr. de Mateus apresenta o artigo definido. E isto porque, para o evangelista, a “fome e sede” não é de uma “justiça” qualquer, mas da *Justiça do Pai*, anunciada e praticada e, mesmo, personificada, por Jesus.

<sup>8</sup> Cf U. WEGNER, art. cit., p. 93, citando STRACK-BILLERBECK

<sup>9</sup> Art. cit., p. 99

<sup>10</sup> Ibid., pp. 99-100

<sup>11</sup> A propósito, vários comentaristas têm lembrado a auto-justificativa de Paulo na primeira carta aos Coríntios, quando o Apóstolo se contrapõe aos outros apóstolos, chamados antes dele: *Trabalhei mais do que todos eles; não eu, mas a graça de Deus comigo...* (1Cor 15,10) Assim também, dizem esses comentaristas, os “últimos” da parábola podem ter “merecido”, pelo seu “maior” empenho, aquela equiparação ao salário dos “primeiros”. Nada disso, porém, transpira - antes, pelo contrário! - da parábola de Jesus.

<sup>12</sup> Cf STORNILO, Ivo, art. cit. *Trabalho e Justiça. Mt 20, 1-16; o desafio do Evangelho*, in “Vida Pastoral” n. 156, 1991, pp. 7-13, aqui, p. 12. A seguir, STORNILO comenta a falta de “consciência de classe” desses trabalhadores: “Eles não se alegram com os seus colegas, mas vão direto ao patrão, reclamando. Nem se perguntam pela situação dos colegas da última hora. Não são capazes de ver que os companheiros de trabalho têm os mesmos ou talvez maiores problemas do que eles. E se esquecem de que a união faz a força. Incrível! Na primeira vez em que é feita a Justiça verdadeira, quem reclama é o próprio injustiçado do sistema injusto vigente! É duro, mas precisamos dizer: se os pobres não se converterem, deixando o espírito de competição e desigualdade, a sociedade não terá nenhuma esperança de transformação real” (ibid. pp. 12 e 13)

<sup>13</sup> Cf TEB, ed. Loyola, Introd. a Mateus, p. 1854

<sup>14</sup> Cf José BORTOLINI, art. cit., p. 19

<sup>15</sup> Art. cit., p. 103

<sup>16</sup> Art. cit., p. 104. Sobre Mt 23,8 cf PEREIRA, Ney Brasil, *Um só é vosso Mestre*, art. in ENCONTROS TEOLÓGICOS n. 23 (1997/2), pp. 28-37

<sup>17</sup> A propósito, não se deveria ver, na famosa parábola “do filho pródigo”, em Lucas 15, um interessante paralelo desta parábola de Mateus? Como a de Lucas é melhor intitulada “a parábola do Pai misericordioso”, assim esta, de Mateus, poderíamos chamá-la de “parábola do Patrão bondoso”. Notar, em Lc, a reclamação do filho mais velho, paralela, em Mt, à murmuração dos trabalhadores da primeira hora...

<sup>18</sup> JOÃO PAULO II, *Redemptor Hominis*, 1978, n. 14

<sup>19</sup> Id., *Laborem Exercens*, 1981, n. 12

<sup>20</sup> José BORTOLINI, *Roteiros homiléticos*, in “Vida Pastoral” n. 172, 1993, p. 56

<sup>21</sup> Id., ibidem

## Endereço do Autor:

ITESC - caixa postal 5041  
88040-970 FLORIANOPOLIS, SC